



Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

CNPJ nº 92.228.410/0001-02

Banco & Financeira

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Srs. Acionistas: Submetemos à vossa apreciação as demonstrações financeiras da Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento, acompanhado do relatório dos auditores independentes referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019. **Sobre a Omni:** A Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("Omni ou Instituição") é uma sociedade anônima de capital fechado, que tem como objeto social a prática de operações ativas, passivas e acessórias, inerentes à carteira de crédito, financiamento e investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor e a emissão e administração de cartões de crédito e outros meios eletrônicos de pagamento, próprios ou de terceiros, incluindo a administração de pagamentos a estabelecimentos credenciados, decorrentes do uso dos referidos meios eletrônicos de pagamento. **Desempenho Econômico-Financeiro:** Em 31 de dezembro de 2019, a Omni possui ativos totais de R\$ 3,2 bilhões, sendo R\$ 2,5 bilhões de carteira de crédito líquida composta principalmente por empréstimos e financiamentos, e receitas de intermediação financeira de R\$ 1,4 bilhão. O patrimônio líquido fechou em R\$ 345,8 milhões (R\$ 283,5 milhões em 2018), considerando o pagamento de R\$ 6 milhões (R\$ 67 milhões em 2018) de dividendos distribuídos e R\$ 18.824 milhões de juros sobre capital próprio pago no decorrer do exercício. O lucro líquido do exercício foi de R\$ 87,1 milhões (R\$ 89,9 milhões em 2018). **São Paulo, 26 de março de 2020** **A Diretoria**

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota Explicativa	2019		2018	
		2019	2018	2019	2018
Circulante		1.898.945	1.509.308		
Disponibilidades	4	6.906	3.321		
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4 e 5 a	114.019	127.031		
Aplicações em depósitos interfinanceiros		114.019	127.031		
Títulos e valores mobiliários	6 a e b	161	5.717		
Carteira própria		161	1.561		
Vinculados à prestação de garantias		-	4.010		
Instrumentos financeiros derivativos	7 a	-	6.493		
Operações de crédito	8	1.335.237	1.049.424		
Setor privado		1.698.724	1.277.451		
(Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa)	8.g	(363.487)	(228.427)		
Outros créditos	9	439.218	312.051		
Diversos		197.834	186.905		
Títulos e crédito a receber		245.739	128.252		
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)	8.g	(4.355)	(3.106)		
Outros valores e bens		3.404	5.817		
Bens não destinados a uso	10.a	1.334	1.796		
(Provisões para desvalorizações)	10.a	(405)	(523)		
Despesas antecipadas	10.b	2.475	4.544		
Realizável a longo prazo		1.136.882	862.215		
Títulos e valores mobiliários	6 a e b	104.282	57.291		
Carteira própria		8.528	19.862		
Vinculados à prestação de garantias		95.764	37.429		
Operações de crédito	8	921.061	676.220		
Setor privado		979.243	720.660		
(Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa)	8.g	(58.182)	(44.440)		
Outros créditos	9	109.253	125.121		
Diversos		109.240	125.117		
Títulos e crédito a receber		13	4		
Outros valores e bens	10.b	2.256	3.583		
Despesas antecipadas		2.256	3.583		
Permanente		182.305	182.607		
Investimentos	11	178.283	180.201		
Participações em controladas		177.725	179.882		
Outros		558	319		
Imobilizado de uso		4.022	2.406		
Outras imobilizações de uso		9.843	8.201		
(Depreciações acumuladas)		(5.821)	(5.795)		
Total do ativo		3.218.112	2.554.130		
Passivo Circulante		1.455.647	1.221.459		
Depósitos	12.a	1.045.542	576.139		
Depósitos interfinanceiros		935.765	447.913		
Depósitos a prazo		109.777	128.226		
Recursos de aceites e emissão de títulos	12.a	90.993	340.349		
Recursos de aceites cambiais		90.993	340.349		
Outras obrigações		319.112	304.971		
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		906	831		
Fiscais e previdenciárias	13.a	14.134	10.061		
Diversas	13.b	304.072	294.079		
Exigível a longo prazo		1.415.342	1.049.156		
Depósitos	12.a	1.080.301	739.796		
Depósitos interfinanceiros		794.458	411.913		
Depósitos a prazo		285.843	327.883		
Recursos de aceites e emissão de títulos	12.a	103.835	191.709		
Recursos de aceites cambiais		103.835	191.709		
Obrigações por empréstimo	12.a	100.285	-		
Empréstimos no exterior		100.285	-		
Outras obrigações		130.921	117.651		
Fiscais e previdenciárias	13.a	2	2.197		
Diversas	13.b	8.673	2.473		
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	12.a	122.248	112.981		
Resultado de Exercícios Futuros		1.242	-		
Resultados de exercícios futuros		1.242	-		
Patrimônio líquido	17	345.881	283.515		
Capital		164.088	164.088		
De domicílios no País		164.088	164.088		
Ajustes de avaliação patrimonial		(107)	(207)		
Reservas de lucros		181.900	119.634		
Total do passivo		3.218.112	2.554.130		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2019 (Em milhares de Reais)

Saldo em 31 de dezembro de 2017	Nota Explicativa	Reserva		Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
		Capital	Lucros			
Ajuste de avaliação patrimonial - TVM disponíveis para venda		164.088	8.569	(52)	-	279.466
Lucro do exercício antes dos Juros sobre Capital Próprio		-	-	(155)	-	-
Transações com Acionistas:		-	-	-	89.992	89.992
Dividendos pagos de exercícios anteriores		-	-	-	-	(67.000)
Juros de capital próprio pago no exercício	17	-	-	-	-	(18.788)
Destinações do lucro:		-	-	-	-	-
Reserva legal		-	3.560	-	(3.560)	-
Reserva de lucros		-	86.432	-	(86.432)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018		164.088	12.129	(207)	-	283.515
Ajuste de avaliação patrimonial - TVM disponíveis para venda		-	-	100	-	100
Lucro do exercício antes dos Juros sobre Capital Próprio		-	-	-	87.090	87.090
Transações com Acionistas:		-	-	-	-	-
Dividendos pagos de exercícios anteriores		-	-	-	-	(6.000)
Juros sobre Capital Próprio pago no exercício	17	-	-	-	-	(18.824)
Destinações do lucro:		-	-	-	-	-
Reserva legal		-	4.355	-	(4.355)	-
Reserva de lucros		-	82.735	-	(82.735)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019		164.088	16.484	(107)	345.881	345.881
Saldo em 30 de junho de 2019		164.088	14.013	(487)	-	314.913
Ajuste de avaliação patrimonial - TVM disponíveis para venda		-	-	380	-	380
Lucro do semestre antes dos Juros sobre Capital Próprio		-	-	-	49.412	49.412
Transações com Acionistas:		-	-	-	-	-
Juros sobre Capital Próprio pago no exercício		-	-	-	-	(18.824)
Destinações do lucro:		-	-	-	-	-
Reserva legal		-	2.471	-	(2.471)	-
Reserva de lucros		-	46.941	-	(46.941)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019		164.088	16.484	(107)	-	345.881

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL
A Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("Omni ou Instituição") é uma sociedade anônima de capital fechado, que tem como objeto social a prática de operações ativas, passivas e acessórias, inerentes à carteira de crédito, financiamento e investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor e a emissão e administração de cartões de crédito e outros meios eletrônicos de pagamento, próprios ou de terceiros, incluindo a administração de pagamentos a estabelecimentos credenciados, decorrentes do uso dos referidos meios eletrônicos de pagamento. A Omni possui participação nas seguintes controladas diretas no país:

Controladas diretas no país	Percentual de participação	
31/12/2019 <td>31/12/2018</td>	31/12/2018	
Agência Getulio	89,99%	89,99%
Omni Informática Ltda.	99,99%	99,99%
Omni Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros	99,99%	99,99%
Omni S.A. - Arrendamento Mercantil	99,99%	99,99%
Omni Banco S.A.	100%	100%

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária, normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), contabeisadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 26 de março de 2020.

3. DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
a) Apuração do resultado: O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. **b) Caixa e equivalentes de caixa:** São representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros que são utilizados pela instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente convertíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. **c) Estimativas contábeis:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil que requerem que a Administração faça juízo de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, da provisão para créditos de liquidação duvidosa, da provisão para contingências e a valorização de instrumentos financeiros, inclusive os derivativos e créditos tributários. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Omni revisa as estimativas e premissas a cada data de elaboração das demonstrações financeiras. **d) Ativo circulante e realizável a longo prazo: Aplicações interfinanceiras de liquidez:** São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acessido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. **Títulos e valores mobiliários:** A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábil: **(i) Títulos para negociação** - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo que os rendimentos auferidos e o ajuste ao valor de mercado são reconhecidos em contrapartida ao resultado do período. Independentemente do prazo de vencimento, os títulos para negociação são classificados no ativo circulante. **(ii) Títulos mantidos até o vencimento** - Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. **(iii) Títulos disponíveis para venda** - Que não são enquadrados como para negociação nem como mantidos até o vencimento e são registrados pelo custo de aquisição com rendimentos apropriados a resultado e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários. **Instrumentos financeiros derivativos:** A avaliação é efetuada com base no valor de mercado e as valorizações e desvalorizações decorrentes são registradas no resultado do período. Entretanto, nos casos em que os instrumentos financeiros derivativos forem destinados a "hedge", com prazos e taxas iguais ao da operação objeto de "hedge", são contabilizados pelo valor de curva dos contratos, com as valorizações e desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado conforme Circular nº 3.150/02 do BACEN. Diferencial a receber ou a pagar contabilizado em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa "pro rata" dia até a data do balanço. A avaliação das operações de futuro é efetuada com base no valor de mercado e seu ajuste é registrado no resultado do período. **Operações de crédito e provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa:** As operações de crédito são classificadas de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas. A Administração também efetua o julgamento quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidos. As operações classificadas como nível H, permanecem nessa classificação por no máximo 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por pelo menos cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando em balanços patrimoniais. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos. A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução anteriormente referida. **Cessões de crédito:** As cessões de créditos realizadas a partir de 1º de janeiro de 2012, foram contabilizadas de acordo com a Resolução nº 3.533/08 do CMN, que trata das operações de créditos cedidas com retenção substancial ou parcial de riscos e benefícios, as quais devem ser mantidas na carteira do cedente em contrapartida de obrigações por operações de venda ou transferência de ativos financeiros, bem como, a provisão para créditos de liquidação duvidosa deverá ser contabilizada de acordo com a Resolução nº 2.682/99 e o resultado deverá ser reconhecido de acordo com o prazo do contrato. Os ajustes decorrentes da reversão da PCLD registrada em duplicidade na carteira dos fundos e na Instituição (a partir de 2014) e os ajustes decorrentes da sensibilização do atreço das operações em comum entre os Fundos e a Instituição (arrastado), são contabilizados na rubrica de "Outras Obrigações". **e) Outros valores e bens: Despesas antecipadas:** As despesas com comissões de intermediação de operações de crédito originadas até 01 de janeiro de 2015 são apropriadas de acordo com a resolução pelo prazo da fluência dos respectivos contratos. Nos casos de liquidação antecipada, baixa para prejuízo ou cessação sem retenção substancial de risco das operações de crédito que originaram as comissões, o montante da despesa antecipada relacionada a essas operações é reconhecida integralmente no resultado. **Bens não de uso:** Correspondentes a bens móveis disponíveis para a venda, recebidos em dação de pagamento em razão de créditos não recebidos. São ajustados o valor de mercado através de constituição de provisão de acordo com as normas vigentes. **f) Permanente: Investimentos:** Os investimentos em empresas controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial. **Imobilizado:** Registrado pelo custo de aquisição ou formação e depreciado pelo método linear, utilizando as taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens, sendo: 10% para móveis, utensílios, instalações e sistemas de segurança, 20% para sistema de processamento de dados e veículos. **g) Redução do lucro recuperável de ativos não financeiros (impairment):** É reconhecida uma perda se o valor de mercado de um ativo excede seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas no resultado do período. **h) Passivo circulante e exigível a longo prazo: Depósitos e captações no mercado aberto:** São demonstrados pelos valores das disponibilidades e consideram os encargos decorrentes do balanço, reconhecidos em base "pro-rata" dia. **Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do período. **i) Passivos contingentes e obrigações legais:** Os passivos contingentes e obrigações legais são avaliados, reconhecidos e contabilizados de acordo com as determinações estabelecidas no Pronunciamento Técnico CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823 em 16 de dezembro de 2009. A avaliação da probabilidade de perda das contingências é classificada como Remota, Possível ou Provável com base no julgamento dos advogados, internos ou externos, sobre o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, da jurisprudência em questão, da possibilidade de recorrer a instâncias superiores e da experiência histórica. Essa avaliação incorpora um alto grau de julgamento e subjetividade, e está sujeita às incertezas de uma previsão sobre eventos futuros. É entendido que as avaliações estão sujeitas às atualizações e/ou alterações. **Passivos contingentes** - São reconhecidos contabilmente quando as opiniões da administração e dos consultores jurídicos avaliarem a probabilidade de perda como provável. Os casos com chances de perda classificadas como possível, são divulgados em nota explicativa. **Obrigações legais** - São reconhecidas e provisionadas no balanço patrimonial, independentemente da avaliação das chances de êxito no curso do processo judicial. **j) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda é calculado com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 120. A Lei nº 13.169, de 8 de outubro de 2015, majorou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) aplicável às instituições financeiras e assemelhadas para 20% durante o período de setembro de 2015 a 31 de dezembro de 2018. A contribuição social de 31 de dezembro de 2018 até 31 de dezembro de 2019 passou a ser calculada com base na alíquota de 15% sobre o lucro tributável. **k) Imposto de renda e contribuição social diferidos:** Os créditos tributários são constituídos com base nas disposições constantes na Resolução nº 3.059 de 31 de dezembro de 2002 e na Resolução nº 3.355 de 31 de março de 2006, do Conselho Monetário Nacional que determinam que a Instituição deve atender, cumulativamente, para registro e manutenção contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, base negativa de contribuição social e aqueles decorrentes de diferenças temporárias, as seguintes condições: - Apresentar histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social, no mínimo, em três exercícios dos últimos cinco exercícios sociais, incluindo o exercício em referência. - Expectativa de geração de lucros tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em períodos subsequentes, baseada em estudos técnicos que permitam a realização do crédito tributário em um prazo máximo de dez anos.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2019 (Em milhares de Reais, exceto o lucro por ação)

Receitas	Nota Explicativa	2º Semestre		Exercício 2019	Exercício 2018
		2019	2018		
Receitas da intermediação financeira		703.368	1.390.326	1.406.379	
Operações de crédito	8.f	707.241	1.403.953	1.438.748	
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	5.b e 6.c	2.845	6.126	3.908	
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros		-	-	-	3.908
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7.d	(6.718)	(19.753)	(36.443)	
Despesas da intermediação financeira		(245.560)	(479.230)	(408.562)	
Operações de captação no mercado	12.b	(88.941)	(175.314)	(158.655)	
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros		-	-	-	(2)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8.g	(156.619)	(303.916)	(249.905)	
Resultado bruto da intermediação financeira		457.808	911.096	997.817	
Outras receitas/(despesas) operacionais		(428.074)	(860.100)	(901.377)	
Receitas de prestação de serviços	18.a	59.759	105.472	111.488	
Despesas de pessoal	18.b	(21.534)	(35.567)	(25.947)	
Outras despesas administrativas	18.c	(225.204)	(438.272)	(428.625)	
Despesas tributárias	18.d	(25.956)	(47.698)	(36.677)	
Resultado de participações em controladas	11	2.834	22.550	50.311	
Outras receitas operacionais	18.e	17.419	30.867	39.406	
Outras despesas operacionais	18.f	(235.392)	(467.852)	(571.333)	
Resultado operacional		29.734	60.396	96.440	
Resultado não operacional		158	270	766	
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		29.892	60.666	97.206	
Imposto de renda e contribuição social		(19.520)	26.424	(7.214)	
Provisão para imposto de renda		(6.379)	(6.379)	-	
Provisão para contribuição social		-	-	(2.012)	
Ativo fiscal diferido		25.899	32.803	(2.788)	
Lucro líquido do semestre/exercício		49.412	87.090	89.992	
Juros sobre capital próprio		-	-	-	(18.788)
Lucro líquido do semestre/exercícios após Juros sobre Capital Próprio		49.412	87.090	71.204	
Lucro líquido por ação em R\$		0,23344	0,41144	0,33639	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2019 (Em milhares de Reais)

Atividades operacionais	Nota Explicativa	2º Semestre		Exercício 2019	Exercício 2018
		2019	2018		
Lucro líquido		49.412	87.090	89.992	
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do semestre/exercícios com o caixa gerado pelas atividades operacionais		134.413	250.209		

